

Camargo diz que a crise afeta só o setor público

16 JUL 1989

JORNAL DE BRASÍLIA

José Coury Neto

A saída para a crise econômica que afeta principalmente o setor público está num grande entendimento (pacto) nacional, que parte do Congresso, prevendo, dentre outras coisas, um forte ajuste fiscal, com enxugamento da máquina administrativa; privatização de empresas e órgãos públicos, além do aumento da eficiência no âmbito do Governo. Foi o que disse em entrevista exclusiva ao Jornal de Brasília o secretário para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo.

Para ele, a crise que assola o País não afeta o setor privado e está localizada somente no setor público, em função de três fatores básicos: desajuste fiscal (o Governo ainda gasta mais do que arrecada); não entrada de recursos externos por falta de um acordo com os credores internacionais; e por fim, as inúmeras incertezas que pairam sobre a economia, as quais reduzem substancialmente os investimentos. Reconheceu também que a falta de um superávit no caixa do Governo (obtido através de aumento da receita e redução das despesas) é um dos pontos de estrangulamento do Governo. "Enquanto o Governo não conseguir evitar o crescimento da dívida interna, também não conseguirá fazer uma política monetária eficiente, com taxas de juros ideais para toda a economia", disse Camargo. Como principais causas do agravamento da crise no setor público Camargo cita dispositivos constitucionais como o aumento das transferências de recursos da União para Estados e municípios, aliados a decisões recentes do Congresso, como o aumento dos gastos da Previdência

Social. Além disso, a questão da dívida externa agrava ainda mais a situação do setor público, que não encontra formulas para poupar. "A não entrada de novos recursos externos vem agravando ainda mais o estrangulamento iniciado em 1981, quando houve um alargamento do tamanho da dívida e uma paralisação no fluxo dos recursos externos. Tudo isso contribuiu em muito para o aumento das incertezas em nossa economia", acrescentou.

Setor privado

O secretário reconhece que as incertezas se agravaram ainda mais com a "fadiga" proporcionada pelos programas de estabilização econômica lançados nos três últimos anos. Mesmo assim, ressaltou que o setor privado não vem sofrendo os efeitos da crise e, ao contrário nunca poupou tanto como agora. Disse que o nível atual de poupança do setor privado e das estatais atingiu no final de 1988 cerca de 21% do Produto Interno Bruto (PIB), o que representa mais de um terço sobre a poupança ocorrida na década de 70 (15%).

Lembrou que em 1981 o índice de endividamento das empresas do setor privado atingia 70%. Hoje, segundo ele, este índice é próximo de zero, sendo que as empresas "não só estão sem dívidas como também estão aplicando dinheiro no overnight ajudando a financiar o déficit público". Disse que as empresas produtivas não especulam no mercado, pois "esta não é a sua função", mas também não têm uma visão de futuro dentro da atual conjuntura. "Já o setor público que há oito anos detinha uma poupança de 7% do PIB, hoje está com menos 2% do PIB".